

Governador demite secretário da Educação após 7 meses e nomeia cabo da PM interino

O servidor público Massud Jorge Badra Neto foi exonerado nesta terça-feira (27) do cargo de secretário de Estado da Educação de Rondônia. A decisão, assinada pelo governador Marcos Rocha, foi publicada no Diário Oficial e ocorre em meio a questionamentos do Tribunal de Contas do Estado (TCE-RO) sobre licitações de valores milionários relacionadas à pasta.

Leia mais na pág. 04

Justiça rejeita pedido de suplente para assumir vaga de vereador em Urupá



Vereadores de Urupá, Gilmar Gomes dos Santos e Ademilson Antônio da Silva.

PÁGINA 04



Governador Marcos Rocha exonera Massud Jorge Badra Neto após 7 meses à frente da Seduc; cabo da PM assume secretaria interinamente; A decisão, assinada foi publicada no Diário Oficial.

Marcelo Cruz alerta Marcos Rocha sobre riscos de decisões tomadas na reta final da gestão



Deputado relata supostas pressões de secretários e pede cautela a Marcos Rocha na reta final do governo.

PÁGINA 02

Camargo critica regulamentação das redes sociais e fala em perseguição política contra Flávio Bolsonaro



Delegado Camargo critica regulamentação das redes sociais e fala em perseguição política contra Flávio Bolsonaro.

PÁGINA 03

MPRO orienta órgãos de Cacoal sobre educação infantil indígena e Bolsa Família



Recomendação busca evitar prejuízos às crianças e famílias indígenas decorrentes da ausência de oferta de educação infantil nas aldeias.

PÁGINA 08

Marcelo Cruz alerta Marcos Rocha sobre riscos de decisões tomadas na reta final da gestão

O deputado estadual Marcelo Cruz alertou o governador Marcos Rocha sobre informações que recebeu sobre pressões de secretários para atender demandas e acelerar processos na reta final da administração estadual. Durante sessão da Assembleia Legislativa nesta terça-feira (27), o parlamentar pediu cautela ao governador para evitar decisões que possam comprometer sua gestão.

Reeleito para o terceiro mandato, Marcelo afirmou que tem recebido relatos dessas pressões e aconselhou Marcos Rocha a não fazer mudanças no secretariado para atender às cobranças.

O deputado também mencionou uma conversa que teve com o governador em São Paulo, durante um compromisso no último fim de semana. No encontro, os dois trataram da transição de governo e de decisões administrativas tomadas neste período.

Durante o pronunciamento, Marcelo

disse que há comentários e informações desencontradas sobre a situação interna do governo e recomendou atenção às medidas adotadas neste momento.

O parlamentar reconheceu que Marcos Rocha deu transparência à administração pública, mas demonstrou preocupação com as consequências de decisões tomadas sob pressão.

Marcelo também aconselhou o governador a preservar o legado da gestão e evitar atitudes precipitadas, especialmente em relação a possíveis trocas de secretários.

O alerta foi feito em meio ao período de transição administrativa, quando o governo estadual se prepara para mudanças e ajustes na estrutura de gestão. Marcelo Cruz destacou que decisões tomadas nessa fase podem ter reflexos na condução dos serviços públicos e na organização da próxima etapa administrativa.



Deputado relata supostas pressões de secretários e pede cautela a Marcos Rocha na reta final do governo.

Ao encerrar o pronunciamento, o deputado reforçou a recomendação de que o governador avalie com prudência as demandas recebidas e mantenha o foco na responsabilidade administrativa. Segundo Marcelo, preservar a estabilidade da gestão e evitar decisões precipitadas são medidas importantes para concluir o mandato sem comprometer o trabalho desenvolvido pelo governo.

TSE registra que apenas 0,027% dos votos foram computados após as 17h no segundo turno das Eleições 2026

Dados divulgados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) mostram que as urnas eletrônicas contabilizaram 34.393 votos após o horário regular das 17h no segundo turno das eleições realizado no domingo, dia 25 de outubro de 2026. O volume representa 0,027% do total de sufrágios depositados em todo o território nacional ao longo do pleito.



estado de São Paulo liderou o volume de votação prorrogada com 2.496 votos, seguido pelo Rio de Janeiro (2.349), Bahia (1.656) e Pernambuco (577).

A extensão no horário de funcionamento ocorreu por determinação do Supremo Tribunal Federal (STF), atendendo a solicitações apresentadas pelas campanhas dos candidatos Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Flávio Bolsonaro (PL). A medida estendeu a votação até as 19h exclusivamente para as seções eleitorais que ainda permaneciam abertas ou apresentavam filas de eleitores.

Segundo o levantamento da Corte Eleitoral, das mais de 473 mil urnas distribuídas no país, 24.268 continuavam em operação após as 17h10. Do total de votos excedentes, 32.399 foram registrados na faixa entre 17h e 18h, 1.981 entre 18h e 19h, e 13 votos após as 19h. O

O pedido de adiamento formulado pela campanha de Lula fundamentou-se em gargalos de mobilidade urbana em grandes metrópoles como Salvador e São Paulo. Por sua vez, a coligação de Flávio Bolsonaro solicitou a extensão em municípios de São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina e Rio Grande do Sul devido a temporais que dificultaram o deslocamento dos eleitores. Apesar da prorrogação ter sido motivadora para o contestamento do resultado por parte do candidato derrotado, a margem final pró-Lula superou 4,4 milhões de votos.

Edson Fachin determina arquivamento de investigações contra Eduardo Bolsonaro, Silas Malafaia e Guilherme Fiuza

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Edson Fachin, determinou nesta terça-feira, dia 27 de outubro de 2026, o arquivamento definitivo de três frentes de investigação derivadas do chamado Inquérito das Fake News. A medida extingue os procedimentos que apuravam condutas do ex-deputado federal Eduardo Bolsonaro, do pastor Silas Malafaia e do escritor e comentarista Guilherme Fiuza.

Ao fundamentar o encerramento do caso referente a Eduardo Bolsonaro, o ministro destacou que o ex-parlamentar já possui condenação transitada em julgado na Corte, tornando inócua a manutenção do inquérito em aberto. Em setembro deste ano, a Primeira Turma do STF confirmou a pena de 4 anos e 2 meses de reclusão contra o filho do ex-presidente Jair Bolsonaro no processo relativo ao episódio do tarifaço dos Estados Unidos contra o Brasil.

As decisões fazem parte do plano de gestão do ministro Edson Fachin para analisar individualmente e encerrar os 108 procedimentos vinculados ao Inquérito das Fake News, instaurado originalmente em março de 2019.

DIÁRIO RO
diarioro.com.br

Empresa Jornalística Voz Regional
CNPJ: 10.483.593/0001-48
Fundado em 19 de Novembro de 2008

Rua General Osório, 243 - Centro
CEP: 76801-086 - Porto Velho - Rondônia

Jornalismo
(69) 3224-2485
jornalismo.diarioro@gmail.com

REDAÇÃO
Rua General Osório, 243,
Centro - Porto Velho - RO

Redação
diarioderondonia@gmail.com

Comercial
vozregionaladm@gmail.com
(69) 99264-1811

Os artigos e matérias são de responsabilidade dos seus autores e não refletem a opinião do veículo.

Delegado Camargo critica regulamentação das redes sociais e fala em perseguição política contra Flávio Bolsonaro

Durante sessão na Assembleia Legislativa de Rondônia (Alero), na terça-feira (27), o deputado estadual Delegado Camargo (Podemos) abordou o cenário político nacional, criticou a possibilidade de regulamentação das redes sociais e manifestou preocupação com o que considera uma perseguição política contra integrantes da família Bolsonaro.

Ao iniciar seu pronunciamento, Camargo destacou o resultado da eleição presidencial em Rondônia e afirmou que a população do estado demonstrou, por meio do voto, sua identificação com valores conservadores e familiares. “O povo de Rondônia, nos seus 52 municípios, votou em massa no candidato Flávio Bolsonaro, número 22”, declarou o parlamentar.

Críticas à regulamentação das redes sociais

Um dos principais pontos da fala foi a preocupação com possíveis medidas de regulamentação das redes sociais. O tema ganhou destaque após o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) abordar a regulamentação das plataformas digitais em seu discurso após o resultado eleitoral, no domingo (25). A declaração do presidente provocou novas discussões sobre o papel das redes sociais e os limites da atuação do Estado nesse ambiente.

Foi nesse contexto que Camargo manifestou preocupação com a possibilidade de novas regras para as plataformas

digitais. O deputado relacionou o assunto à liberdade de imprensa, à liberdade de pensamento e ao direito de manifestação política.

Para o parlamentar, a discussão precisa considerar os limites da atuação do Estado e os riscos de medidas que, em sua avaliação, possam restringir a liberdade de expressão.

Camargo também mencionou pessoas presas pelos atos de 8 de janeiro, além de parlamentares e jornalistas que, segundo sua avaliação, foram alvo de medidas que restringem sua atuação.

Camargo questiona medidas contra Flávio Bolsonaro

O parlamentar também criticou a decisão judicial que determinou que o senador Flávio Bolsonaro entregasse seus passaportes à Polícia Federal e o proibiu de deixar o país.

Camargo afirmou acompanhar com preocupação os desdobramentos e questionou o que considera uma escalada de medidas contra integrantes da família Bolsonaro. Durante a sessão, também mencionou informações que circulavam nas redes sociais sobre um possível pedido de prisão de Flávio Bolsonaro.

O deputado ainda citou a situação do ex-presidente Jair Bolsonaro e de brasileiros que, em sua avaliação, enfrentam restrições políticas e judiciais. “Não per-



Delegado Camargo critica regulamentação das redes sociais e fala em perseguição política contra Flávio Bolsonaro.

cam a esperança”, afirma parlamentar

Ao encerrar o pronunciamento, Camargo adotou um tom de mobilização e pediu que seus apoiadores mantenham a esperança diante do atual cenário político. “Permaneçamos firmes e vigilantes, porque o choro pode durar uma noite, mas a alegria vem pela manhã”, afirmou, em referência a uma passagem bíblica.

O deputado concluiu dizendo que não pretende desistir de suas convicções políticas e da defesa do que considera valores fundamentais para o país. “Não vamos desistir do Brasil nem de Rondônia”, declarou.

Flávio Bolsonaro e família desembarca nos Estados Unidos

O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), sua esposa e as filhas do casal desembarcaram nos Estados Unidos na manhã desta quarta-feira, dia 28 de outubro de 2026. A chegada ao aeroporto executivo Opa-locka, na região metropolitana de Miami, encerra uma operação logística planejada para viabilizar a saída do parlamentar do país após a derrota no segundo turno das eleições presidenciais.

De acordo com dados confirmados pela Direção Nacional de Migrações da Argentina e pela plataforma de monitoramento FlightAware, a família ingressou em solo argentino por via terrestre na noite de terça-feira, dia 27, atravessando a fronteira em Puerto Iguazú. Às 6h22 (horário de Brasília) desta quarta, o grupo decolou a bordo de um jatinho executivo Gulfstream G400, de matrícula LV-JQW.

Para evitar o espaço aéreo brasileiro, a aeronave traçou uma rota alternativa sobrevoando os territórios do Paraguai, Bolívia e Peru, realizando uma escala técnica na cidade de Guayaquil, no Equador, antes de seguir em direção à



Senador descumpru ordem expressa do STF para entregar passaporte; voo executivo evitou o espaço aéreo brasileiro e pousou no aeroporto de Miami nesta quarta-feira.

Flórida. O plano de voo e a entrada da família foram respaldados pelo governo dos Estados Unidos, onde o presidente norte-americano Donald Trump declarou publicamente apoio à recepção do senador em solo americano.

A viagem do parlamentar ocorreu em descumprimento à decisão do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), que havia proibido Flávio de deixar o Brasil e ordenado o recolhimento imediato de seus passaportes no âmbito de investigações crimi-

nais. Até o momento da conclusão desta matéria, a assessoria do parlamentar não havia emitido declarações formais sobre o desembarque em Miami.

A ausência de um posicionamento oficial do senador sobre a viagem mantém em aberto os esclarecimentos acerca do deslocamento e das circunstâncias relatadas. O episódio também coloca em evidência a necessidade de acompanhar os desdobramentos das decisões judiciais mencionadas e eventuais manifestações das autoridades envolvidas.

Governador demite secretário da Educação após 7 meses e nomeia cabo da PM interino

O servidor público Massud Jorge Badra Neto foi exonerado nesta terça-feira (27) do cargo de secretário de Estado da Educação de Rondônia. A decisão, assinada pelo governador Marcos Rocha, foi publicada no Diário Oficial e ocorre em meio a questionamentos do Tribunal de Contas do Estado (TCE-RO) sobre licitações de valores milionários relacionadas à pasta.

Massud permaneceu à frente da Secretaria de Estado da Educação (Seduc) por sete meses e 15 dias. Durante o período, esteve responsável pela condução das políticas públicas e pela administração da estrutura estadual de ensino.

Para ocupar o cargo, o governador nomeou interinamente o cabo da Polícia Militar Alisson Antônio Maia de Souza. A mudança ocorre em um momento de atenção sobre os procedimentos admi-

nistrativos e os processos licitatórios conduzidos pela secretaria.

A exoneração foi formalizada por meio de ato publicado no Diário Oficial do Estado. Até o momento, não foram divulgados detalhes adicionais sobre os motivos da saída do ex-secretário nem informações sobre a previsão de nomeação de um titular definitivo para a pasta.

A Secretaria de Educação segue sob comando interino, enquanto a administração estadual não anuncia novas definições. A mudança ocorre em meio



Governador Marcos Rocha exonera Massud Jorge Badra Neto após 7 meses à frente da Seduc; cabo da PM assume secretaria interinamente; A decisão, assinada, foi publicada no Diário Oficial.

ao acompanhamento dos processos administrativos e licitatórios da Seduc. O cenário mantém a atenção sobre a condução da política educacional e a continuidade das ações da secretaria.

Terça-feira, 27 de outubro de 2026

RO GOV

Rondônia, ed. suplementar - 4

DECRETO DE 27 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Exonerar, a partir de 28 de outubro de 2026, **MASSUD JORGE BADRA NETO**, do Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-Subsídio II, de Secretário de Estado da Educação.

Rondônia, 27 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

Protocolo 78117560

DECRETO DE 27 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, interinamente, a partir de 28 de outubro de 2026, **ALISSON ANTONIO MAIA DE SOUZA**, Secretário Executivo - SEDUC, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-Subsídio II, de Secretário de Estado da Educação, cumulativamente com as funções que já exerce.

Rondônia, 27 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

Justiça rejeita pedido de suplente para assumir vaga de vereador em Urupá

A Justiça de Rondônia rejeitou uma ação apresentada pelo primeiro suplente de vereador de Urupá, Gilmar Gomes dos Santos, que buscava a perda do mandato do vereador Ademilson Antônio da Silva em razão de uma condenação criminal transitada em julgado. A sentença foi proferida nesta segunda-feira (26) pelo juiz Muriel Cleve Nicolodi, da Vara Única de Alvorada do Oeste.

O magistrado concluiu que não havia fundamento para retirar o parlamentar do cargo, uma vez que a punibilidade havia sido extinta pelo cumprimento integral da pena e os direitos políticos estavam restabelecidos antes da decisão administrativa da Câmara Municipal.

A controvérsia teve origem em uma condenação criminal que se tornou definitiva em 24 de abril de 2025. Com base nesse fato, o suplente sustentou que a suspensão dos direitos políticos decorrente da condenação produziria automaticamente a perda do mandato eletivo.

Em 2 de fevereiro de 2026, Gilmar apresentou requerimento à Presidência da Câmara de Urupá solicitando o reconhecimento da vacância do cargo. O pedido foi indeferido e, após procedimento administrativo, a Mesa Diretora deliberou novamente sobre o assunto em 23 de março, mantendo a decisão de não reconhecer a vacância.

O suplente recorreu ao Judiciário em 28 de maio de 2026, por meio de uma ação de declaração de vacância de cargo

e convocação de suplente, com pedido de tutela provisória de urgência. Ele argumentou que a perda do mandato seria consequência automática da condenação criminal definitiva, mesmo diante de acontecimentos posteriores relacionados ao cumprimento da pena.

Um dos pontos considerados decisivos no julgamento foi a extinção da punibilidade de Ademilson, reconhecida em 4 de março de 2026, em razão do cumprimento integral da pena. Segundo a sentença, quando a Câmara examinou o requerimento, em 23 de março, o vereador já havia recuperado seus direitos políticos.

O juiz destacou que a suspensão dos direitos políticos prevista no artigo 15, inciso III, da Constituição Federal permanece apenas enquanto durarem os efeitos da condenação. Encerrada a causa da suspensão, os direitos políticos são restabelecidos automaticamente, sem necessidade de reabilitação ou outro ato formal.

A sentença também afastou os precedentes eleitorais apresentados pelo suplente, por entender que tratavam de situações em que a suspensão dos direitos políticos ainda estava em vigor. No caso de Urupá, a extinção da punibilidade ocorreu antes da deliberação da Câmara e do ajuizamento da ação.

Outro ponto abordado foi a competência para declarar a perda do mandato. Conforme a decisão, cabe à própria Câmara Municipal deliberar sobre a



Vereadores de Urupá, Gilmar Gomes dos Santos e Ademilson Antônio da Silva.

vacância, enquanto o Judiciário pode fiscalizar a legalidade do procedimento administrativo, sem substituir o Legislativo em suas atribuições.

O magistrado também determinou a exclusão de Jarbas Luís de Almeida, presidente da Câmara, do polo passivo da ação, por entender que ele atuou como representante institucional da Casa na deliberação questionada. O processo foi extinto em relação a ele sem análise do mérito.

Ao final, o juiz julgou improcedentes os pedidos contra a Câmara Municipal de Urupá, afastando a declaração de vacância e a convocação do suplente. Gilmar Gomes dos Santos foi condenado ao pagamento das custas processuais e de honorários advocatícios, fixados em 10% sobre o valor atualizado da causa.

A sentença, assinada em 26 de outubro de 2026, mantém a composição da Câmara Municipal de Urupá e rejeita, em primeira instância, a pretensão do suplente de assumir o cargo ocupado por Ademilson Antônio da Silva.

Polícia Militar de Rondônia inicia estágio de intervenção em crises

A Polícia Militar de Rondônia iniciou nesta terça-feira (27) o Estágio de Primeiro Interventor em Crises Policiais, realizado na sede do 4º Batalhão de Polícia Militar. A capacitação, promovida pelo Batalhão de Operações Especiais (BOPE), segue até 5 de novembro de 2026 e reúne profissionais da segurança pública para aprimorar técnicas de atuação em situações críticas.

O treinamento tem como foco preparar os participantes para a primeira intervenção em ocorrências que envolvam crises policiais. A proposta é desenvolver conhecimentos relacionados à avaliação de cenários, à tomada de decisões e à aplicação de procedimentos adequados diante de situações complexas.

O estágio oferece vagas para policiais militares e integrantes de outras instituições de segurança pública. A participação de profissionais de diferentes órgãos também favorece a integração entre as equipes e o alinhamento de procedimentos em ocorrências que exigem atuação coordenada.

Prefeitura capacita 50 servidores sobre os impactos da Reforma Tributária

A formação reúne cerca de 50 servidores da administração direta e indireta e acontece até terça-feira (27), no Centro de Formação dos Profissionais da Educação.

Com o tema “Reflexos da Reforma Tributária na Contabilidade Pública dos Municípios”, o curso é promovido pela Escola de Capacitação do Servidor Municipal de Porto Velho (ESERV-PVH), vinculada à Secretaria Municipal de Administração (Semad), em parceria com a Secretaria Municipal de Economia (Semec).

O objetivo é preparar os profissionais que atuam nas áreas de planejamento, orçamento, finanças e contabilidade para as mudanças previstas na legislação tributária brasileira, especialmente aquelas estabelecidas pela Emenda Constitucional nº 132/2023 e pela Lei Complementar nº 214/2025.

Durante os dois dias, os participantes recebem orientações sobre os reflexos da reforma na arrecadação municipal, nos procedimentos contábeis e na elaboração de instrumentos de planejamento,

Durante situações de crise, a avaliação das circunstâncias e a escolha dos procedimentos de intervenção são etapas importantes para a condução da ocorrência. Por isso, a capacitação técnica busca preparar os agentes para lidar com cenários que exigem análise, equilíbrio e decisões compatíveis com cada situação.

A formação será realizada entre os dias 27 de outubro e 5 de novembro, nas dependências do 4º Batalhão de Polícia Militar. A atividade é promovida pelo BOPE, unidade especializada da corporação.

A iniciativa integra as ações de qualificação continuada dos profissionais de



A capacitação, promovida pelo Batalhão de Operações Especiais (BOPE), segue até 5 de novembro de 2026.

segurança pública. Segundo as informações divulgadas sobre o estágio, o objetivo é aperfeiçoar a preparação do efetivo e fortalecer a capacidade de resposta em ocorrências críticas.

A realização da capacitação também busca ampliar a integração entre instituições, contribuindo para uma atuação coordenada em situações que demandem procedimentos técnicos específicos.

como o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

A programação também aborda os impactos nas receitas destinadas à saúde e à educação, além das adequações necessárias nos sistemas de contabilidade e gestão financeira do município.

A capacitação busca antecipar a preparação das equipes municipais para a transição ao novo sistema tributário, promovendo a atualização dos conhecimentos e a integração entre os setores responsáveis pela administração dos recursos públicos.

O secretário municipal adjunto de Administração, Antônio Figueiredo, explicou que a formação faz parte das ações de valorização e desenvolvimento profissional dos servidores. “A Reforma Tributária traz novos desafios para a gestão pública, e precisamos estar preparados. Por meio da ESERV-PVH, estamos investindo na qualificação dos nossos servidores e fortalecendo a capacidade técnica da administração municipal, para garantir mais eficiência nos



A Prefeitura de Porto Velho iniciou, nesta segunda-feira (26), uma capacitação voltada aos impactos da Reforma Tributária na contabilidade pública.

serviços prestados à população”, afirmou.

Para o prefeito Léo Moraes, a atualização dos profissionais é fundamental para acompanhar as mudanças na legislação e melhorar o funcionamento da administração pública.

“Valorizar o servidor também é oferecer oportunidades de qualificação. Estamos preparando nossas equipes para as mudanças da Reforma Tributária, garantindo mais conhecimento, segurança e eficiência na gestão dos recursos públicos. Quem ganha com isso é a população de Porto Velho”, afirmou.

A formação integra a programação da ESERV-PVH, que desenvolve cursos e atividades de aperfeiçoamento voltados às necessidades das secretarias municipais, com o objetivo de fortalecer a atuação dos servidores e melhorar a qualidade dos serviços públicos.



Com diagnóstico na Saúde pronto, futuro Governo reduzirá gastos da máquina e promete fortes ações nos 100 dias para reduzir filas de exames e cirurgias



Transição prevê corte de gastos, criação de Gabinete de Crise na Saúde e força-tarefa para reduzir filas de exames e cirurgias nos primeiros 100 dias de governo.

O futuro Governo, liderado por Marcos Rogério (PL), fará um amplo corte de gastos da máquina pública, reduzindo cargos de confiança, contratos e despesas com passagens e diárias, e criará uma força-tarefa através do chamado Gabinete de Crise na Saúde nos primeiros 100 dias para reduzir filas de exames e cirurgias, uma das promessas de campanha do atual senador.

O diagnóstico na Saúde já está pronto e será apresentado nos próximos dias ao governador eleito, garante o deputado federal reeleito Lúcio Mosquini (PL), coordenador da Transição do Governo.

No Eixo Saúde, um dos 10 criados para estudar a atual máquina pública, foram detectados 47 contratos continuados e a recomendação será a continuidade para não parar as ações na Saúde, porque tratam-se de contratos de anestesistas, fornecimento de oxigênio, remédios

essenciais, UTIs, entre outros.

Para Mosquini, a economia será possível para garantir investimentos onde há necessidade através da criação da futura Secretaria de Eficiência de Gasto Público, que substituirá a atual Secretaria de Gastos Públicos (Sugesp), mas com maior abrangência.

Sobre o trabalho da transição, o coordenador explica que o grupo de 22 técnicos foi dividido em equipes para atuar na compilação de dados dos 10 eixos de abordagem. Por exemplo, o Eixo Produção envolveu a Seagri, Emater, Idaron e a Secretaria de Desenvolvimento Ambiental (Sedam).

O trabalho de Mosquini foi elogiado por membros da equipe de transição, a exemplo do advogado Edemir Monteiro Brasil Neto, membro da Procuradoria Geral do Estado (PGE).

A futura primeira-

-dama Patrícia Rigotti também fez menção a boa condução dos trabalhos liderada pelo parlamentar reeleito.

Patrícia e Edemir são dois nomes certos para configurar o primeiro escalão do Governo Marcos Rogério. Perguntado se abriria mão do mandato para ajudar a equipe do governador eleito, Lúcio preferiu não responder, mas explicou que será um "colaborador e apoiador" do futuro Governo.

A equipe de transição deverá concluir o levantamento das informações e apresentar as recomendações ao governador eleito, que definirá as prioridades para o início da gestão.

A expectativa é que as medidas anunciadas contribuam para reduzir despesas administrativas, ampliar a eficiência dos serviços públicos e direcionar recursos para áreas consideradas prioritárias, especialmente a Saúde.

Após ação do MPRO, Justiça determina medidas para ampliar acesso à Carteira de Identidade Nacional em Rondônia

Atendendo a uma Ação Civil Pública, formulada pelo Ministério Público de Rondônia (MPRO), por meio do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos Humanos (Gaedh) e do Núcleo de Execução Penal (Nuep), a Justiça concedeu parcialmente tutela de urgência em Ação Civil Pública que busca corrigir falhas no sistema de agendamento e emissão da Carteira de Identidade Nacional (CIN) em Rondônia. A decisão da 1ª Vara de Fazenda e Saúde Pública de Porto Velho reconheceu indícios de dificuldades persistentes na prestação do serviço de identificação civil, com impactos diretos no acesso da população a direitos fundamentais e serviços essenciais.



Na ação, o MPRO apontou problemas como insuficiência de vagas para atendimento, concentração da abertura dos agendamentos em único dia e horário, instabilidades na plataforma eletrônica, fragilidades nos mecanismos de prevenção a fraudes e dificuldades de acesso ao serviço por pessoas em situação de vulnerabilidade. O Ministério Público também destacou obstáculos para a emissão de documentos de pessoas privadas de liberdade.

Ao analisar o pedido, o Judiciário observou que os documentos apresentados demonstram a existência de limitações na capacidade de atendimento à demanda e ressaltou que o direito à identificação civil está diretamente relacionado à dignidade da pessoa humana, ao exercício da cidadania e ao acesso a benefícios assistenciais, previdenciários e serviços públicos.

Entre as determinações impostas ao Estado de Rondônia estão a garantia de atendimento prioritário a pessoas idosas, pessoas com deficiência, pessoas em situação de vulnerabilidade social e cidadãos que necessitem do documento para acesso a tratamentos de saúde, benefícios assistenciais ou outras prestações essenciais. A decisão estabelece que o acesso desses públicos não poderá depender exclusivamente do sistema eletrônico de agendamento.

A Justiça também determinou que o Estado apresente, em 15 dias úteis, informações detalhadas sobre os canais de atendimento disponíveis, os critérios de prioridade adotados, a situação do contrato de emissão dos documentos, a capacidade de produção e os mecanismos de segurança do sistema de agendamento.

Em relação às pessoas privadas de liberdade, foi ordenada a preservação dos fluxos já existentes para emissão de documentos e a elaboração de diagnóstico sobre a demanda reprimida, a capacidade de atendimento e as medidas necessárias para ampliar a regularização documental desse público. Outro ponto destacado na decisão é o combate à comercialização irregular de vagas. O Estado deverá adotar providências para prevenir a captura abusiva de agendamentos por terceiros, apresentar relatório técnico sobre os mecanismos de segurança da plataforma e informar medidas tecnológicas capazes de dificultar fraudes e o uso automatizado do sistema.

Além das medidas imediatas, a Justiça determinou que o Estado apresente, no prazo de 60 dias úteis, um plano de ação para aprimorar a acessibilidade, a regularidade e a eficiência do serviço de emissão da Carteira de Identidade Nacional em todo o território estadual, com metas, cronograma, diagnóstico da demanda e propostas para ampliação do atendimento.

Perícia papiloscópica do IICC identifica três suspeitos de envolvimento em carga de 300 kg de skunk na BR-319

A Polícia Civil do Estado de Rondônia alcançou um avanço nas investigações sobre a apreensão de aproximadamente 300 quilos de drogas interceptados na rodovia BR-319. Por meio de exames periciais executados pelo Instituto de Identificação Civil e Criminal (IICC), peritos papiloscopistas conseguiram identificar três suspeitos diretamente ligados ao transporte da carga ilícita.

A apreensão ocorreu na altura do qui-

lômetro 17 da rodovia federal, durante uma abordagem de rotina realizada por agentes do Departamento de Narcóticos (Denarc) em parceria com a Receita Federal, no âmbito da Operação Protetor de Divisas e Fronteiras.

Na ocasião, as equipes interceptaram um caminhão trator acoplado a uma carreta que realizava o trajeto de Manaus (AM) para Anápolis (GO). A fiscalização revelou dezenas de caixas com substância análoga ao

skunk dissimuladas em meio a mercadorias legais.

Com o encaminhamento do material apreendido à sede do Denarc, os invólucros do entorpecente foram submetidos à análise técnica do IICC. A utilização de reagentes e o confronto de fragmentos papilares possibilitaram a individualização dos envolvidos, vinculando formalmente os três indivíduos ao carregamento de drogas.

O laudo técnico



A fiscalização revelou dezenas de caixas com substância análoga ao skunk dissimuladas em meio a mercadorias legais.

pericial foi anexado ao inquérito policial e subsidia os trabalhos da Polícia Civil no mapeamento da rota e no desmantelamento da estrutura logística do

narcotráfico. O setor de inteligência segue em diligências para localizar os identificados e responsabilizar os demais elos do esquema criminoso.

Ônibus de transporte escolar pega fogo com crianças a bordo em Candeias do Jamari

Um ônibus destinado ao transporte escolar de estudantes pegou fogo e ficou completamente destruído na terça-feira, dia 27 de outubro de 2026. O incidente ocorreu na comunidade de Flor do Amazonas, no município de Candeias do Jamari, na Região Metropolitana de Porto Velho.

No momento em que o incêndio teve início, diversos alunos estavam no interior

do veículo. Apesar dos momentos de pânico durante a evacuação, todas as crianças e adolescentes conseguiram desembarcar a tempo antes que as chamas se espalhassem pela carroceteria. Ninguém ficou ferido na ocorrência.

Moradores da localidade utilizaram baldes e equipamentos improvisados para tentar conter o avanço do fogo, porém a estrutura do transporte foi consumida rapida-

mente. As causas do sinistro ainda não foram esclarecidas e dependerão de laudo técnico.

O caso reacendeu o debate sobre as condições de trafegabilidade e conservação da frota de transporte escolar no interior do estado. Parentes de alunos relataram falhas frequentes de manutenção no veículo atingido.

Até a publicação desta matéria, as au-



O incidente ocorreu na comunidade de Flor do Amazonas, no município de Candeias do Jamari, na Região Metropolitana de Porto Velho.

toridades municipais não haviam divulgado quais medidas emergenciais serão ado-

tadas para garantir o atendimento dos estudantes afetados na rota rural.

Ação conjunta da PM e PRF apreende 65 quilos de maconha e prende motorista em Buritis

Uma operação conjunta entre a Polícia Militar de Rondônia e a Polícia Rodoviária Federal (PRF), com suporte do Núcleo de Inteligência da Companhia Independente de Policiamento Ostensivo (Cipo), resultou na apreensão de aproximadamente 65 quilos de maconha na manhã de terça-feira, dia 27 de outubro de 2026. A ação ocorreu no município de Buritis.

A interceptação teve início por volta

das 9h, após o setor de inteligência mapear o deslocamento de um automóvel Fiat Uno que transportava os entorpecentes a partir de Guajará-Mirim, na fronteira com a Bolívia, com destino à zona urbana de Buritis.

As equipes de patrulhamento organizaram um cerco tático na Linha 3 (Linha Pé de Galinha), nas proximidades da Rua Ulisses Guimarães, conseguindo abordar o veículo.

Durante a fiscalização, o condutor admitiu que carregava os ilícitos no compartimento de bagagens. No porta-malas do carro, os policiais encontraram 62 tabletes do entorpecente fracionados em uma caixa de papelão, um saco de ração animal e uma bolsa de viagem.

Nas dependências da Unidade Integrada de Segurança Pública (Unisp) de Buritis, o preso revelou que receberia a quantia de R\$ 4

mil pelo frete da carga. Ele declarou ainda que realizava o transporte de drogas cerca de uma vez por semana há aproximadamente dois anos.

A equipe policial realizou buscas com-

plementares na residência do suspeito com autorização da esposa, porém nenhum outro material ilícito foi encontrado. O motorista foi autuado em flagrante por tráfico de drogas e permaneceu à disposição da Justiça.



MPRO orienta órgãos de Cacoal sobre educação infantil indígena e Bolsa Família

O Ministério Público de Rondônia (MPRO) recomendou a órgãos públicos de Cacoal que adotem medidas para evitar prejuízos às crianças e famílias indígenas decorrentes da ausência de oferta de educação infantil nas aldeias. A recomendação foi expedida nesta quarta-feira (28/10) pela 2ª Promotoria de Justiça de Cacoal, sob responsabilidade da promotora de Justiça Claudia Machado dos Santos Gonçalves.

O documento orienta as áreas de educação, assistência social e proteção à infância a não atribuir às crianças ou às famílias as consequências decorrentes da ausência de oferta educacional adequada pelo poder público, inclusive para fins de responsabilização dos pais ou responsáveis e de aplicação indevida de efeitos relacionados às condicionalidades educacionais do Bolsa Família.

O MPRO apurou que não há oferta de educação infantil nas aldeias indígenas de Cacoal. Diante dessa situação, a ausência de matrícula ou de frequência relacionada à indisponibilidade do serviço educacional adequado não pode ser atribuída às crianças ou às famílias como se decorresse, por si só, de omissão dos pais ou responsáveis.

Cada situação deve ser analisada conforme suas circunstâncias concretas, considerando a existência de oferta educacional adequada e acessível e as especificidades socioculturais das comunidades indígenas, sem tratamento automático da ausência de matrícula ou frequência como evasão escolar

ou descumprimento injustificado de obrigação pela família.

No caso do Bolsa Família, o Decreto nº 12.064/2024 estabelece que não serão aplicados às famílias os efeitos decorrentes do não cumprimento das condicionalidades quando não houver oferta do serviço ou quando o não cumprimento decorrer de questões étnicas ou culturais, desde que a informação seja registrada nos sistemas competentes.

A recomendação também busca evitar que famílias sejam orientadas, constrangidas ou induzidas a matricular crianças em escolas não indígenas exclusivamente para comprovar o cumprimento de condicionalidade do programa. A matrícula nessas unidades continua sendo possível quando decorrer de decisão livre e informada da família.

O Ministério Público recebeu informações, ainda em apuração, sobre a possibilidade de crianças indígenas de 4 e 5 anos estarem sendo transportadas para escolas distantes de suas comunidades. Também há relatos de que algumas famílias teriam sido informadas de que a matrícula seria necessária para manter o benefício.

A recomendação foi encaminhada à Secretaria Municipal de Educação, à Superintendência Regional de Educação, à Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho e ao Conselho Tutelar de Cacoal.

Os órgãos devem, no prazo de 15 dias, uniformizar as orientações e divulgá-las a



Recomendação busca evitar prejuízos às crianças e famílias indígenas decorrentes da ausência de oferta de educação infantil nas aldeias.

servidores, unidades escolares, famílias e lideranças indígenas. O objetivo é garantir que cada situação seja analisada conforme as condições concretas da criança, da família e de sua comunidade.

As equipes de educação devem registrar corretamente os motivos da ausência de matrícula ou da infrequência nos sistemas de acompanhamento das condicionalidades educacionais, inclusive as situações relacionadas à inexistência de oferta e às especificidades indígenas, quando correspondentes ao caso concreto. Quando necessário, os órgãos também devem corrigir ou complementar registros anteriores.

A recomendação ainda orienta os profissionais responsáveis pela busca ativa escolar a não realizar encaminhamentos automáticos ao Conselho Tutelar ou ao Ministério Público nos casos relacionados à inexistência de oferta de educação infantil adequada, sem antes verificar as circunstâncias concretas.

A Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho deve orientar suas equipes para que as famílias

recebam informações corretas sobre as condicionalidades do Bolsa Família. A inexistência de oferta do serviço e as questões étnicas ou culturais impedem a aplicação dos efeitos decorrentes do não cumprimento das condicionalidades, desde que essas situações estejam devidamente registradas nos sistemas competentes.

As famílias também devem ser informadas sobre a possibilidade de apresentar recurso administrativo para pedir a revisão de eventuais efeitos aplicados em razão do não cumprimento das condicionalidades.

Já o Conselho Tutelar deve verificar as circunstâncias de cada caso antes de eventual responsabilização dos pais ou responsáveis. A análise deve considerar a existência de oferta educacional adequada e acessível, as razões apresentadas pela família e as especificidades da situação, evitando-se que a ausência do serviço público seja automaticamente inter-

pretada como omissão familiar.

Todos os órgãos destinatários deverão informar por escrito ao MPRO, no prazo de 30 dias, as providências adotadas e apresentar, quando existentes, documentos que comprovem as medidas implementadas.

A educação infantil é um direito das crianças, inclusive das crianças indígenas. A garantia desse direito deve considerar as especificidades socioculturais das comunidades e sua participação nas decisões que lhes dizem respeito, respeitando sua identidade, organização e realidade próprias.

A atuação do MPRO busca assegurar que a ausência de oferta educacional adequada não seja convertida em responsabilização ou prejuízo para as próprias crianças e suas famílias, nem resulte em soluções automáticas que desconsiderem as particularidades das comunidades indígenas.



Porto Velho: confira quais cargos exigem ensino médio e superior no concurso da Educação

O concurso público da Secretaria Municipal de Educação de Porto Velho (Semed) está com inscrições abertas e oferece oportunidades para candidatos com formação de níveis médio e superior. Com diferentes cargos e exigências de escolaridade, a seleção é uma oportunidade para quem busca ingressar no serviço público municipal.

Para o cargo de Agente de Secretaria Escolar, é exigido ensino médio completo. A jornada de trabalho é de 40 horas semanais, com remuneração inicial de R\$ 1.820,78.

Já o cargo de Professor Nível II, Séries Iniciais, exige graduação em Pedagogia, com licenciatura plena, em instituição reconhe-

da pelo Ministério da Educação (MEC). A carga horária é de 30 horas semanais, e o salário inicial é de R\$ 3.847,97.

O concurso também oferece oportunidades para Especialista em Educação, Orientador Educacional. Nesse caso, é exigida formação superior em Pedagogia, com a habilitação específica prevista no edital. A jornada é de 30 horas semanais, com remuneração inicial de R\$ 3.847,97.

Para o cargo de Especialista em Educação, Supervisor Educacional, também é necessária formação superior em Pedagogia, com a habilitação exigida para a função, conforme os requisitos do edital. A carga horária é de 30 horas

semanais, com salário inicial de R\$ 3.847,97.

O prefeito Léo Moraes destacou a importância da seleção para reforçar a rede municipal de ensino e ampliar as oportunidades de ingresso no serviço público. "O concurso da educação tem como foco trazer para o serviço público cidadãos interessados em colaborar com a qualidade do ensino na rede municipal, aumentando as oportunidades para os nossos jovens e abrindo oportunidade de trabalho para quem deseja se tornar um funcionário público. Foram anos sem concurso, mas agora Porto Velho vive uma nova realidade".

A seleção contempla diferentes funções da rede municipal de



Concurso da Semed de Porto Velho oferece 430 vagas para cargos de níveis médio e superior, com salários de até R\$ 3,8 mil; inscrições seguem até 11 de novembro.

ensino. Das 430 oportunidades oferecidas, 165 são destinadas à contratação imediata de professores, enquanto as outras 265 são para formação de cadastro de reserva.

As inscrições seguem abertas até 11 de novembro de 2026, às 16h, no horário de Rondônia, e devem ser

realizadas pela internet, no site do Instituto Brasileiro de Gestão e Pesquisa (IBGP), responsável pela organização do concurso.

Os candidatos devem consultar o edital e suas retificações para conferir os requisitos de cada cargo, a documentação necessária e as demais etapas do processo seletivo.

FAPERO realiza simpósio e seminário sobre ciência e inovação em Porto Velho

A Fundação de Amparo ao Desenvolvimento das Ações Científicas e Tecnológicas e à Pesquisa do Estado de Rondônia (FAPERO) realizará, nos dias 5 e 6 de novembro, o IV Simpósio FAPERO (SIMFAP), em Porto Velho. O evento reunirá pesquisadores, cientistas e representantes da comunidade acadêmica para compartilhar resultados, discutir avanços e desafios da pesquisa científica e fortalecer a ciência, a tecnologia e a inovação em Rondônia.

A programação também contará com o Seminário Pró-Amazônia e Instrumentos de Incentivo à Inovação, promovido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), por meio da Subsecretaria de Ciência e Tecnologia para a Amazônia (SCTA), em

parceria com a FAPERO, sob a coordenação de Cássia Damiani.

A iniciativa busca ampliar o acesso a informações sobre instrumentos federais de incentivo à inovação, oportunidades de financiamento e apoio a projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação. A programação será voltada à divulgação de mecanismos que podem contribuir para o desenvolvimento científico e tecnológico na região amazônica.

Os eventos serão realizados a partir das 8h30, no Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (TRE-RO), localizado na Avenida Presidente Dutra, nº 1889, em Porto Velho.

A realização do simpósio e do seminário representa uma oportu-



Simpósio reúne pesquisadores e especialistas em Porto Velho para discutir avanços científicos, oportunidades de financiamento e iniciativas de incentivo à inovação na Amazônia.

tunidade para aproximar pesquisadores, instituições e gestores, além de estimular o intercâmbio de conhecimentos e experiências. A programação também busca fortalecer a articulação entre iniciativas estaduais

e federais voltadas ao desenvolvimento da ciência e da inovação.

Evento: IV Simpósio FAPERO (SIMFAP) e Seminário Pró-Amazônia e Instrumentos de Incentivo à Inovação; Data: 5 e 6 de no-

vembro de 2026; Horário: A partir das 8h30; Local: Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (TRE-RO); Endereço: Avenida Presidente Dutra, nº 1889, Porto Velho; Contato: Denise Dandara – FAPERO (69) 99261-7508

Prefeitura de Porto Velho transfere ponto facultativo como ação de valorização ao servidor

Os servidores municipais de Porto Velho terão quatro dias consecutivos de descanso



**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL
DE CHUPINGUAIA - RO**

HOMOLOGAÇÃO

O Prefeito de Chupinguaia (RO), baseado no resultado apontado pelo Pregoeiro, no uso de suas atribuições legais, HOMOLOGA o Proc. Adm. nº1782/26, conforme o P. E. nº109/26. foram consideradas vencedoras, as empresas: GILSON MONTEIRO DA SILVA LTDA - 63.615.058/0001-60, dos itens licitados, o valor de R\$ 365.470,70 (trezentos sessenta e cinco mil, quatrocentos e setenta reais e setenta centavos), NEXUS VENDAS E SERVIÇO LTDA - 08.251.727/0001-53 vencedora dos itens licitados, o valor de R\$ 2.284.969,90 (dois milhões, duzentos e oitenta e quatro mil, novecentos e sessenta e nove reais e noventa centavos), CENTRO DA LIMPEZA OLIVEIRA LTDA - 55.753.455/0001-70 vencedora dos itens licitados, o valor de R\$ 188.162,50 (cento e oitenta e oito mil, cento e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), V. FERREIRA QUEIROZ LTDA - 21.316.361/0001-11 vencedora dos itens licitados, o valor de R\$ 1.014.253,39 (um milhão, quatorze mil duzentos e cinquenta e três reais e trinta e nove centavos), S. R. S. DOMINGUES LTDA - 44.267.773/0001-04 vencedora dos itens licitados, o valor de R\$ 686.440,00 (seiscentos e oitenta e seis mil e quatrocentos e quarenta reais), AMYL DISTRIBUIDORA LTDA - 66.195.213/0001-24 vencedora dos itens licitados, o valor de R\$ 59.150,00 (cinquenta e nove mil e cento e cinquenta reais), PMX COMERCIO E SERVICO LTDA - 43.279.146/0001-20 vencedora dos itens licitados, o valor de R\$ 45.545,00 (quarenta e cinco mil e quinhentos e quarenta e cinco reais), BEM BRASIL IND. COMERCIO E SERVICOS LTDA - 17.623.813/0001-30 vencedora dos itens licitados o valor de R\$ 37.615,15 (trinta e sete mil, seiscentos e quinze reais e quinze centavos), SOLLO BRASIL COMERCIO E SERVICOS LTDA - 28.493.685/0001-74 vencedora dos itens licitados, o valor de R\$ R\$ 4.409,60 (quatro mil, quatrocentos e nove reais e sessenta centavos), HIGIBEST COMERCIO E SERVICOS LTDA - 26.581.761/0001-78 vencedora dos itens licitados, o valor de R\$ 23.337,60 (vinte e três mil, trezentos e trinta e sete reais e sessenta centavos), CR PRIME SERVICOS E CONSULTORIA LTDA - 56.616.794/0001-77 vencedora dos itens licitados, o valor de R\$ R\$ 8.204,00 (oito mil e duzentos e quatro reais), WESLEY DOS SANTOS LTDA - 55.477.710/0001-07 vencedora dos itens licitados, o valor de R\$ 59.694,00 (cinquenta e nove mil e seiscentos e noventa e quatro reais), PROEPI HIGIENE E PROTEÇÃO LTDA - 39.905.061/0001-33 vencedora dos itens licitados, o valor de R\$ 2.321,50 (dois mil, trezentos e vinte e um reais e cinquenta centavos), IDEO LICITACOES E COMERCIO - 44.010.279/0001-60 vencedora dos itens licitados, o valor de R\$ 619,00 (seiscentos e dezenove reais). o valor total do certame R\$ 4.780.192,34 (quatro milhões, setecentos e oitenta mil, cento e noventa e dois reais e trinta e quatro centavos). Cumpridas as exigências do P. E. apresentado os menores preços para os itens de acordo com a Ata Final do Pregoeiro, Termo de Adjudicação e Homologação.

WESLEY WANDERLEY DA COSTA GONÇALVES
Prefeito Municipal

com a transferência do ponto facultativo do Dia do Servidor Público, celebrado em 28 de outubro, para sexta-feira (30). A medida foi adotada pela Prefeitura de Porto Velho e permite que os profissionais contemplados aproveitem o período até segunda-feira (2 de novembro), feriado nacional de Finados.

A decisão foi oficializada pelo Decreto

nº 22.534, e integra as ações de valorização do funcionalismo municipal. Com a mudança, os servidores poderão aproveitar o período para descansar, organizar compromissos pessoais e passar mais tempo com suas famílias.

O secretário municipal adjunto de Administração, Antônio Figueiredo, explicou que a iniciativa tam-

bém permite maior organização das atividades administrativas. "A mudança proporciona mais tempo de descanso e convivência familiar aos servidores, além de permitir que as secretarias organizem suas atividades com antecedência. É uma medida que valoriza nossos profissionais e mantém a responsabilidade com os serviços públicos", afirmou.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Departamento Estadual de Trânsito



O Departamento Estadual de Trânsito de Rondônia - DETRAN/RO, por intermédio de seu PREGOEIRO:

RESOLVE TORNAR SEM EFEITO a publicação do ADENDO MODIFICADOR III, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90012/2026/DETRAN/RO, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0010.004899/2026-68 publicado no Diário Oficial do Estado de Rondônia nº 194 DE 08/10/2026 e no jornal Diário de Rondônia do dia 08 de outubro de 2026 por ter sido divulgado de forma equivocada.

Porto Velho/RO, 27 de Outubro de 2026.

FÁBIO JOSÉ DE OLIVEIRA MONTEIRO
Pregoeiro



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Departamento Estadual de Trânsito



ADENDO MODIFICADOR Nº III
Pregão Eletrônico nº 90012/2026/DETRAN/RO
Processo nº 0010.004899/2026-68

Objeto: Contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de Vigilância Patrimonial preventiva, ostensiva e armada, que compreenderá, além da mão de obra exclusiva, o fornecimento de todos os materiais e equipamentos necessários à execução dos serviços, de caráter continuado por um período mínimo de 1 ano, podendo ser prorrogado por iguais e sucessíveis períodos nos limites estipulados na lei 14.133/2021, conforme especificações constantes no Termo de Referência.

O Departamento Estadual de Trânsito de Rondônia - DETRAN/RO torna público para conhecimento de todos os interessados, em especial às empresas que participaram do Pregão Eletrônico nº 90012/2026 que, em razão de pedido de esclarecimento/impugnação de empresa interessada, o setor requisitante constatou a necessidade de realizar alguns ajustes no termo de referência - anexo I do edital. Dessa forma, foi elaborado adendo modificador alterando o edital e seus anexos, destacando as seguintes alterações:

1. Alteração na planilha de composição de custos e formação de preços e seus reflexos;
2. Atualização quanto ao valor estimado da contratação em decorrência da atualização das planilhas.

Diante do exposto e considerando que tais alterações afetam diretamente a formulação das propostas dos eventuais licitantes e, ainda, em atendimento ao § 1º, do Art. 55, da Lei nº 14.133/2021, será reaberto o prazo inicialmente estabelecido, ficando marcada a abertura do certame licitatório em epígrafe para o dia 18.11.2026, às 10h (horário de Brasília - DF).

Porto Velho/RO, 27 de Outubro de 2026.

Fábio José de Oliveira Monteiro
Pregoeiro
DETRAN/RO



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Departamento Estadual de Trânsito



AVISO

AVISO DO EDITAL Nº 298/2026/DETRAN-CTECGAB PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 29758/2026/DETRAN-RO

O DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE RONDÔNIA – DETRAN/RO torna público o Edital de Notificação do Leilão Público. Notificamos os proprietários dos veículos, conforme relação disponível no Site do Detran, a comparecerem no SETOR DE LIBERAÇÃO do município em que o veículo se encontra removido, para quitação dos débitos, regularização da documentação e retirada do veículo, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta Notificação. O não comparecimento implicará na inclusão do veículo em procedimento de alienação por leilão, na forma do art. 328, da Lei n. 9503, de 23/9/97, que institui o Código de Trânsito Brasileiro. Os débitos que não forem cobertos pelo valor alcançado com a alienação do veículo, poderão ser cobrados pelos credores na forma da legislação em vigor, por meio de ação própria e inclusão em Dívida Ativa em nome dos ex-proprietários.

MUNICÍPIO	ENDEREÇO
ALTA FLORESTA DO OESTE	Rua Projetada 4, 3156, Bairro Redondo, CEP: 76.954-000
ALTO ALEGRE DOS PARECIS	Av. Ezequiel Alves Dias, nº 3555 - Bairro das Palmeiras. CEP: 76.952-000
CACOAL	Av. Castelo Branco, 22743-Parque Industrial CEP: 76967-755
ESPIGÃO DO OESTE	Rua Maranhão, nº 3656 - Bairro Cidade Alta. CEP: 76.974-000
NOVA BRASILÂNDIA DO OESTE	Rua Brasília, nº 2107, Quadra 031, Lote 075, Setor 05 CEP: 76.958-000
NOVO HORIZONTE	Av. José Roberto dos Reis Filho, s/n - Bairro Centro. CEP: 76.956-000
MIGRANTINOPOLIS	Av. 25 de Agosto, nº3312 - Bairro Centro . CEP 769.56-000 -- Novo Horizonte do Oeste/RO
PIMENTA BUENO	Av. Presidente Dutra, nº 870, Bairro Centro (Próximo ao Banco do Brasil), CEP: 76.970-000
PARECIS	Av. Carlos Gomes, nº184 - Bairro Centro. CEP:76.979-000
PRIMAVERA DE RONDONIA	Av. Efraim Goulart de Barros, nº3931 - Bairro Centro. Cep: 76.916-000
ROLIM DE MOURA	Rua Dr. Carlos Chagas, nº 5297, bairro São Cristóvão - CEP: 76940-000
SANTA LUZIA	Av. Tancredo Neves, nº 3192 - Bairro Centro. CEP: 76.950-000
SÃO FELIPE DO OESTE	Av. Tancredo Almeida Neves, s/n. CEP: 76.977-000
CHUPINGUAIA	Rua 19 de Abril, 1360 – Bairro Centro - Cep: 76990-000
VILHENA	Av. Celso Mazutti, nº5229 - Bairro Jardim Eldorado. Cep: 76.980-000
PIMENTEIRAS DO OESTE	Av. Brasil, nº1379 - Bairro Centro. Cep:76.999-000
COLORADO DO OESTE	Av. Marechal Rondon, nº 4607 – Bairro Centro CEP: 76.993-000
CEREJEIRAS	Rua Portugal, nº 2869 - Centro - CEP.: 76997-000
CORUMBIARA	Rua Juscelino K. de Oliveira, Nº1635. CEP: 76.995-000
CABIXI	Av. Tamoios, S/N, esq. com a Rua Guaporé CEP: 76.994-000 Próximo a Prefeitura

O edital completo e seus anexos encontram-se disponíveis no endereço eletrônico <https://www.detrان.ro.gov.br/post/categoria/editais-de-leiloes>.

ÂNDRIA POVODENIAK STENZEL
Diretora de Planejamento, Administração e Finanças

Polícia Civil procura Rafael Damazio e pede ajuda da população

PROCURADO



RAFAEL DAMÁZIO BRITO

A Polícia Civil de Rondônia está à procura de Rafael Damazio Brito e pede a colaboração da população para ajudar a localizá-lo. Conforme informações divulgadas pela instituição, ele não foi encontrado após investigações conduzidas pela Delegacia Regional.

Segundo o comunicado, há um mandado de prisão em aberto contra Rafael. Diante disso, as autoridades solicitam que qualquer pessoa que tenha informações sobre o possível paradeiro dele entre em contato pelos canais oficiais de denúncia.

COMO DENUNCIAR

Quem tiver informações que possam contribuir com as buscas pode entrar em contato pelos seguintes canais:

- Disque-Denúncia: 197
- Polícia Militar: 190
- WhatsApp: (69) 3216-894.

A Polícia Civil informa que o sigilo das informações fornecidas é garantido e reforça a importância da participação da comunidade para auxiliar no trabalho das forças de segurança.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL
DE CABIXI - RO

AVISO DE LICITAÇÃO

Torna-se público o Pregão Eletrônico n.º 040/2026, Exclusivo para MPes, de menor preço por Item/Lote, Processo n.º 1-1778/2026/SEMUSA, objetivando a aquisição de materiais de consumo e insumos estratégicos, incluindo materiais médico-hospitalares, laboratoriais, reagentes, testes rápidos, soluções hospitalares, curativos e demais insumos assistenciais, para atender à SEMUSA, com sessão pública no dia 13/11/2026, às 09h30 (horário de Brasília-DF), na plataforma Licitanet (www.licitanet.com.br), com valor estimado de R\$ 499.842,54. Edital disponível no PNCP, no site www.cabixi.ro.gov.br, pelo e-mail licitacoes@cabixi.ro.gov.br ou pelo telefone (69) 3345-2553.
Cabixi – RO, 28 de outubro de 2026.

Allison Maicon Bento Pretto
Agente de Contratação



Ginastas do Construindo Campeões representam Porto Velho em competição nacional em novembro

A dedicação de anos de treinamento vai ganhar mais um capítulo especial na trajetória de duas atletas do projeto Construindo Campeões, desenvolvido pela Prefeitura de Porto Velho. As ginastas July Maciel e Manu representarão o município em uma competição nacional de ginástica rítmica, realizada de 03 a 08 de novembro, em Aparecida do Norte, São Paulo.

A participação na competição é resultado de uma caminhada construída com disciplina, persistência e superação. Para as duas atletas, chegar ao cenário nacional representa muito mais do que uma classificação: é a oportunidade de mostrar o resultado de anos de preparação e acreditar que cada etapa do processo vale a pena.

Para July Maciel, 2026 representa um marco especial. Após nove anos de treinamento no projeto da Prefeitura de Porto Velho, a ginasta conquistou a classificação para a competição nacional durante a seletiva do Torneio Regional – Etapa Norte. Na disputa, foi eleita a melhor ginasta da categoria adulta, nível II, conquistando o título de campeã geral, campeã no aparelho bola e medalha de bronze no aparelho fita.

A participação na competição também tem um significado especial por marcar a primeira competição oficial de July nesse nível, coroando quase uma década de dedicação à ginástica rítmica.

A trajetória de Manu também é marcada pela capacidade de transformar dificuldades

em motivação. Em 2025, após não conseguir apresentar o desempenho esperado e ficar de fora da competição nacional, a atleta precisou lidar com a frustração e refletir sobre o que poderia melhorar. A experiência ficou registrada em uma lição que precisou escrever no caderno, como parte do aprendizado daquele momento.

Em 2026, Manu voltou com um objetivo: superar a experiência anterior e demonstrar todo o seu potencial. Com mais preparação e confiança, alcançou o resultado esperado e conquistou o título de campeã absoluta, garantindo sua presença na competição nacional.

As histórias das duas ginastas mostram que o caminho até o alto rendimento



July Maciel e Manu disputam competição em Aparecida do Norte (SP), entre os dias 3 e 8 de novembro.

é feito de desafios, recomeços e persistência. Cada treino, cada correção e cada dificuldade enfrentada contribuíram para que July e Manu chegassem a essa nova etapa.

O prefeito de Porto Velho, Léo Moraes, também reforça o papel do esporte na formação de cidadãos e na criação de novas perspectivas para a juventude.

“Investir no esporte é investir nas pessoas, nos sonhos e no futuro da nossa cidade. A história da July e da Manu mostra como o incentivo e a oportunidade podem transformar trajetórias. Porto Velho estará representada por duas atletas que carregam talento, dedicação e muita superação. Que essa participação seja mais um passo de grandes conquistas”.

Prefeitura garante passagens para delegação de 25 pessoas, entre atletas e comissão técnica de futebol

Os jovens talentos do futebol de Porto Velho terão a oportunidade de levar seu talento para além das fronteiras de Rondônia. Os vencedores da categoria Sub-15 da PVH Cup participarão de uma competição nacional no Centro de Treinamento (CT) do Grêmio, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Para viabilizar a participação, a Prefeitura de Porto Velho custeou as passagens aéreas da delegação, formada por 25 pessoas, entre atletas e integrantes da comissão técnica.

A viagem está pre-

vista para o dia 29 de outubro, enquanto a competição será realizada de 30 de outubro a 3 de novembro. A participação representa uma oportunidade para os jovens atletas vivenciarem novas experiências, mostrarem suas habilidades e conhecerem de perto um ambiente de alto nível do futebol brasileiro.

Para o prefeito de Porto Velho, Léo Moraes, investir no esporte é também investir no futuro da juventude, criando oportunidades para que crianças e adolescentes desenvolvam seus talentos e construam

novos caminhos.

“O esporte ensina disciplina, respeito, trabalho em equipe e mostra que, com dedicação e oportunidade, é possível chegar cada vez mais longe. Queremos que esses atletas levem o nome de Porto Velho com orgulho e que essa experiência inspire outros jovens a acreditarem nos próprios sonhos”, disse o prefeito.

Além da disputa esportiva, a participação na competição nacional permitirá aos atletas ampliar seus conhecimentos, trocar experiências com



PVH Cup leva jovens atletas de Porto Velho para competição nacional.

equipes de outras regiões e fortalecer a confiança dentro e fora de campo.

Ao garantir as passagens da delegação,

a Prefeitura contribui para que os jovens tenham acesso a oportunidades que podem marcar suas trajetórias esportivas e pessoais.